

Deponente: Douglas Krenak.

Entrevistadores: Juliana Ventura de Souza Fernandes, Marco Túlio Antunes Gomes, Paulo Afonso Moreira e Pedro Berutti Marques.

Data: 20 de março de 2017.

PAULO: Vamos começar falando um pouco do nosso trabalho, a Comissão da Verdade é Estadual, já que aquela comissão Nacional já encerrou os trabalhos, né? Com aquelas limitações que a gente já sabe, que você inclusive já mencionou, e a nossa Comissão Estadual ela visa fazer um levantamento de violações dos Direitos Humanos em Minas Gerais. Dentre vários trabalhos, tem violações de... a perseguições a lideranças religiosas, tem uma comissão voltada para mortos e desaparecidos... E a nossa é pra os povos indígenas de Minas, aí já começamos a fazer as viagens. Tivemos há três semanas atrás em Carmesia, e aí agora a gente tá aqui em Resplendor.

DOUGLAS: Bacana. Conversaram com o Romildo lá?

PAULO: Conversamos, pra fazer esse trabalho aqui também.

MARCO: Conversamos com o Missac, o Romildo e a Net. Porque as três que estavam ali próximo. Porque eles falaram que tinha Nova Era, tinha outros lugares, além da Bahia, mas a gente tinha que limitar o trabalho, aí ficou lá mesmo, você tá entendendo?

DOUGLAS: Hum, ok.

JULIANA: E a gente acompanhou essa conversa, né? Pra chegar até esse encontro aqui com vocês, e a gente também entende assim que principalmente o povo Krenak, nesses últimos tempos, ficou em uma condição, assim, de ser muito assediado, por grupos de todas as partes, enfim. Então a gente entende e isso assim, eu queria que você soubesse disso, assim, que a gente não gostaria de ser mais um grupo que vem, que entra na sua comunidade, que acaba, de alguma forma causando algum transtorno sem se importar mesmo com o que está acontecendo aqui com vocês. Mas como o Paulo disse, a principal função da Comissão Estadual da Verdade é documentar e registrar casos de violência durante a ditadura, pensando em política de reparação para isso, né? A gente sabe que a Ação Civil Pública já teve um parecer favorável em relação à questão Krenak, mas a gente sabe que um limite aí para se pensar as políticas de reparação às anistias passa na questão delas ser sempre pensada como individual e não como coletivo. Então eu acho que se a gente talvez

possa tentar dar alguma contribuição para vocês, é porque a Comissão Estadual diferente da Comissão Nacional, ela tem uma perspectiva de reparações que são coletivas também, dependendo do tipo de caso que ela se aplique, né? Porque, como o Marco disse, nós somos um grupo apenas, nós somos o grupo que trabalha com a questão indígena, mas tem grupos trabalhando com questões muito diferentes, muito diversas, trabalhadores urbanos, enfim.

PAULO: Os camponeses, né? Que têm algumas coisas em comum, né?

JULIANA: Infelizmente a gente não tem o poder de fazer as reparações, a gente tem o poder de recomendar reparações, então você pode ter certeza, assim, que o nosso objetivo é construir nessa conversa com vocês o que vocês entendem que seriam reparações adequadas para que a gente possa encaminhar isso adiante. Mas infelizmente, assim... O que cabe a nós, assim, é a documentação, o registro disso, e as recomendações, a gente não tem poder de judiciário, de poder judiciário para executar essas ações. Mas você pode ter certeza, acho todos nós, por uma série de razões, temos o desejo, assim...

DOUGLAS: Já é um caminho, já é um passo, né? A gente já tá construindo aí. Eu, eu mesmo fico assim, um pouco alegre, porque a gente vinha de uma luta muito grande, com relação a isso, né? Para que isso viesse acontecer, e a gente não tinha abertura dentro do próprio Estado, do governo, principalmente a gente não tem abertura para isso. Então vocês estarem aqui, e ainda o Estado tá ciente de toda essa situação é porque a gente tá conseguindo alguma coisa, né?

JULIANA: Com certeza.

DOUGLAS: E agora é tentar, junto com vocês e com as pessoas que se propõe a fazer esse tipo de trabalho, é uma forma pra que o povo tenha voz, né? Porque desde a época da Ditadura Militar o nosso povo não tem voz pra falar sobre isso, e já falou pra bastante gente sobre tudo isso, mas infelizmente as coisas são escondidas, abafadas, né? E agora com toda essa política de justiça de transição e, né? E leis que foram criados pra questão de anistia política, não tem porquê não conversar sobre a questão indígena. E é uma das lutas da nossa comunidade, né? Uma luta nossa, uma luta minha, que eu venho há muito tempo... Inclusive o Alisson que tá aqui, um amigo nosso que, há muito tempo atrás, acho que nós começamos a formular as coisas e fazer formalmente as coisas com relação a isso em 2009, se não me engano. A gente tava até conversando aqui com relação a todo esse tipo de situação, desde quando nós tomamos nota de que existia uma lei de anistia no nosso país e que o nosso povo

não tinha acesso e nem conhecimento sobre tal lei, aí nós falamos “Pô! Tem uma coisa errada. Como que cria uma lei dessa e o meu povo ele não é incluído, né, pra se beneficiar de tal lei, que serve pra reparar, indenizar e rever todas as atrocidades que a Ditadura Militar cometeu”. Foi da onde a gente começou uma luta, inclusive lá na Comemoração da Anistia Política em Belo Horizonte, que aconteceu, eu estava lá e a gente falou: “Olha, vocês estão esquecendo do povo indígena, que estava junto com vocês lutando por um país melhor naquela época.”. Então a gente, de lá pra cá, a gente vem lutando, né? E muita das vezes sem abertura, sem acesso, com as portas fechando na nossa cara, e mesmo assim a gente continuou, porque o que tá em jogo é direito humano, não é o direito do povo Krenak. Quando se fala em direito humano é independente de raça, religião, cerca, limite, né? Direito humano que tá em jogo. Eu cheguei a comentar, hoje, com Alisson, que eu fui num evento do grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro, e lá tinham médicos de outros países que foram anistiados aqui no meu país. Olha só que loucura. E o meu povo não consegue ter acesso a nem conversa com o Estado com relação a isso. E pessoas, que nem são brasileiros aqui, foram anistiados. Olha só como é que essa noção de Direito Humano ela é muito complicada pro meu povo. A gente não entende onde é que está essa questão sobre Direito Humano que o branco tem, o quê que o branco entende por Direito Humano. Uma coisa que eu estou aqui, acho que tem mais uma semana que nós estamos conversando sobre isso buscando um entendimento sobre isso, pra saber de que forma que a gente entra, porque até então... Eu mesmo fico meio perdido nisso tudo. O que deveria ser Direitos Humanos pra sociedade lá fora, já que o meu povo não pode ter acesso a tal direito e pessoas de outros países, que estavam aqui, sofreu junto com a gente, tem acesso e nós não. Aí é uma coisa que a gente tem que estudar, tem que, né? Conhecer, conversar e fazer isso aqui mesmo. Até vocês, talvez, nos explicar, buscar orientar o nosso povo pra de que forma a gente pode tá... Tá caminhando, né? Nesse sentido.

MARCO: Com relação, por exemplo, à Comissão da Verdade, a gente é ligado a Direitos Humanos, à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, mas na realidade essa é uma ligação, ela é simplesmente administrativa. Na realidade a gente podia tá em qualquer outra Secretaria, você tá entendendo? Podia estar em uma outra Secretaria de Governo, porque a gente é obrigado a ter um órgão administrativo, agora o fato de a gente estar na Secretaria de Direitos Humanos, na realidade não nos coloca nesse viés de Direitos Humanos, você me entendeu?

DOUGLAS: Entendi.

MARCO: Entendeu. Porque essa Comissão, ela é uma questão legal, foi criada. Aí agora vai ficar solta? Não pode ficar solta, essa Comissão da Verdade, então tem que agregar ela em algum lugar, e nos agregou então lá nos Direitos Humanos. Agora, eu acho importante que realmente a gente que... Que seja colocado esse canal. Por quê? Porque igual você está falando, não consigo entender, eu acho que essa questão de não entender é justamente porque as vezes tem um tipo de viés que eles colocam que é o seguinte: aquele que foi preso na ditadura, aquele que foi torturado, ou qualquer coisa, né? Ele vai ter esse direito. Agora aquele que foi espoliado, como é o caso de vocês, além de preso e tudo, eles já às vezes não conseguem fazer a mesma leitura. Aí que está o trabalho de vocês. É vocês fazerem eles terem essa leitura do que vocês passaram e que isso sim é tortura, é merecedor de anistia etc., etc. Agora, é um trabalho que a comunidade tem que fazer e, de preferência, que não seja só vocês. Que seja também feito outras comunidades que passaram pelos mesmos problemas, indígenas, que vocês estejam unidos nesse trabalho. Aí sim vocês vão conseguir fazer esse pessoal ligado a Direitos Humanos e a anistia, sim, a dar os direitos que vocês têm. Você entendeu, Douglas?

DOUGLAS: Entendi.

MARCO: Entendeu.

INTERLOCUTOR: Só um... Já que você levantou a bola. Eu e DOUGLAS, a gente estava lembrando também como que começou essa trajetória, que ele junto com o pai dele, elaboraram um dossiê a respeito dessas questões, sobretudo pensando muito no caso da família dele, mas depois entenderam que isso era algo maior, que isso, né? Tinha um potencial de ser pensado por outros vieses. E na época eu fazia mestrado em Antropologia na Universidade de Brasília, e tinha acabado de fazer um trabalho para a 6ª Câmara, né? Em uma parceria lá da Associação Brasileira de Antropologia com a 6ª Câmara, a respeito de índios detentos no Estado de Roraima. A gente foi, entrevistou os detentos na penitenciária, nas cadeias e por aí fora. Então a gente tinha uma entrada na 6ª Câmara, e o Douglas me enviou esse material que ele elaborou junto com o pai dele, e eu junto com o meu orientador e outros profissionais que estavam trabalhando naquele projeto, a gente... Eu apresentei pra eles esse material e pedi uma opinião sobre como aquilo poderia ser melhor encaminhado. Então eles disseram que, na época era o primeiro mandato da Dilma, né? E dentro da Casa Civil havia uma pessoa que estava começando o Projeto de Memória e Verdade,

né? O Direito à Memória, que era o Senhor Maurice Politi, e então eu encontrei em contato lá na Casa Civil...

DOUGLAS: Tatiane não tá ai não?

INTERLOCUTOR: Tatiane. Ah, tá aqui.

DOUGLAS: Tá aqui, Lilian. Ela tá aqui.

INTERLOCUTOR: Tinha ido pra lá já... E então entrei em contato com o Maurice, porque ele tava começando a caminhar essas questões, elas estavam de fato começando a ganhar um peso, um valor nacional para se trabalhar, a Dilma tava com... Pulso firme que ela queria trabalhar essas questões. Então, numa conversa com o Maurice Politi, eu expliquei a questão, falei desse dossiê, que já tava preparado, e solicitei dele um apoio, que ele pudesse dar uma olhada, uma lida nesse material e ele disse: "Olha, realmente essa história é interessante e tal, mas isso é interessante pra se fazer um livro, um documentário. A gente nunca ouviu falar de índio ter combatido a Ditadura Militar, ou ter oferecido algum tipo de resistência à situação política do Brasil. O projeto que eu estou aqui tentando coordenar e começar a iniciar, a gente tá interessado é na luta dos estudantes, dos políticos, dos artistas. Então eu acho que eu não vou poder ajudar e fazer nada por vocês não. Mas me manda aí então esse material que quando eu puder eu dou uma olhada." E a gente tem esse registro de e-mails e tal, e um documento com o Douglas, que o grande erro na época, talvez por falta de experiência até, foi de não ter imprimido esse material e ido pessoalmente à Casa Civil e protocolado, pra gente ter um registro...

MARCO: Isso. Tem que ter provas, né? Dalí.

INTERLOCUTOR: A gente só tem... Enfim, é a minha palavra, porque eu conversei com ele por telefone e os e-mails que nós trocamos.

MARCO: Que é um indício de prova.

INTERLOCUTOR: Indício de prova. Não sei se, hoje, olhando pra trás, depois que a Comissão Nacional da Verdade começou, né? Tem a linha específica sobre os Direitos dos Povos Indígenas e como foram essas violações, se hoje ele, olhando pra trás, ele diria a mesma coisa, né? Mas, enfim, só pra a gente ver que eles... Como que os Krenak, sobretudo o Douglas junto com o pai, são precursores assim (trecho incompreensível)...

MARCO: Pioneiros, é. Demonstrar essa visão, né? Que o pessoal não tinha, né? Não, que isso não é. É sim!

DOUGLAS: É porque também tem muito registro, mas aí foi da onde que a gente argumentou num evento lá em Belo Horizonte, em 2009, que teria muito registro no governo, inclusive de, registro de entrada, saída de indígenas escoltados por militares, de indígenas resistindo, brigando, morrendo, trocando tiro com militares, treinamento de indígenas, existe registro vídeo, visual, né? De áudio, vídeo, texto. Então a gente não entende o que mais precisaria pra poder, a coisa tomar corpo, né? Já que... Então, assim, tá tudo na mão do próprio Estado. Hoje mesmo eu tava mostrando pro Alisson um vídeo feito por um indígena, um amigo meu, Israel Maxakali, um vídeo sobre essa questão da Ditadura Militar, entrevistando os antigos GRIN, a Guarda Rural Indígena, que foi criada pelo Estado pra poder reprimir o próprio índio. Então ali tinha relatos antes da GRIN e depois da GRIN. Então, assim, o registro, provas, né? De que o índio, igual o Alisson me falou, na época, o rapaz falou: “Oh, não tem como fazer nada por isso, e até porque eles antes não eram considerados cidadãos brasileiros, porque não votavam, não era nenhum representante de um movimento estudantil”...

MARCO: Era, como é que é? Incapazes. Era incapazes.

DOUGLAS: E aí veio da onde o nosso grande questionamento, porque tudo isso surgiu, até a própria criação de comissões nacionais de Direitos Humanos, nacional de verdade, de Tortura Nunca Mais, surgiu porque o que tá em jogo é o direito humano, não o direito do líder político que foi afetado, né? O direito da liberdade de expressão, direito humano da pessoa de ser. Então foi da onde que nós falamos: “Não. Então pera aí. Já que tá em jogo é o direito humano, e não sim a violência à cultura de determinada pessoa, eu acho que justiça de transição pra nós tá muito longe, dos nosso país, né?”

JULIANA: Porque toda a justiça de transição do Brasil ela é pensada de uma forma branca, ela é pensada pra indivíduos que esperam uma reparação, que geralmente tem caráter financeiro, e o que eu acho que é mais difícil no caso dos povos indígenas, é que as categorias como se pensa a violência, o que considera violência, elas também são muito pensadas dentro do mundo branco. Então, assim, onde eu acho que a gente, claro, a gente sabe, né? Que nos casos do reformatório, da GRIN, a gente tem claramente caso de tortura, de assassinato, inclusive, de desaparecimento, mas a gente também tem outras questões, que tem a ver com o Estado roubar terra indígena. Assim, que são categorias, impedir as práticas culturais de vocês, são coisas que a gente não costuma discutir quando a gente pensa na justiça branca de uma

forma geral. Então onde me parece que a ação de vocês com a Procuradoria Geral avançou, foi colocar Etnocídio como uma categoria. Então, isso eu acho que dá mais condição agora, por exemplo, de uma comissão como essa estadual existir. Porque essa estadual só existe depois do trabalho da Comissão da Verdade, que ainda pensava em uma lógica individual e tudo mais.

DOUGLAS: Certo. E foi justamente isso aí.

JULIANA: Sim. E com... E claro que com toda militância e trabalho de vocês, né? A luta dos povos indígenas, assim.

DOUGLAS: É. E outra coisa assim, muita tristeza da gente ter que colocar o etnocídio como uma categoria e tudo, sabe? Porque nossa mãe! Como você acabou de citar, infelizmente é pensado de uma forma essa questão de violência, quando na verdade existem várias formas, né? De poder reprimir as pessoas, de violentar as pessoas. E a gente sofre isso até hoje, por exemplo, essa questão que aconteceu com o rio, e é uma luta nossa muito grande, porque o que foi tido como violência, foi à lama matar e derrubar as casas.

JULIANA: Mas não a relação sagrada com o rio, né?

DOUGLAS: Sim, com o rio não, e nem a relação sagrada que o pessoal de Bento Rodrigues tem com a igreja que foi destruída. Isso não é colocado como uma violência. Então o sagrado deles também não é só o nosso. Eu estive em Bento Rodrigues então... E é essa violência não é colocada pra ser pensada e ser revista de que forma pode estar amparando aquele povo com relação a isso. E é uma, é uma coisa que a gente fica pensando, né? Que a gente queria entrar com uma ação numa forma, mas aí com conversa com os próprios profissionais da área, principalmente o doutor Edmundo, ele falou: “Não, Douglas. A gente tem que dar um passo de cada vez.” Então a gente tem que colocar mesmo etnocídio, essas questões, dá categoria para essas coisas, porque, infelizmente, a gente tem que começar a romper devagarzinho essas coisas. Porque colocar aqui, meu povo foi violentado, que a cultura do nosso povo foi afetada, esse negócio já teria jogado uma água fria toda... O pessoal não ia entender, mesmo que não tivesse morrido índio nenhum. Mas de ter proibido o meu povo de falar a língua isso não se teria, né? Não teria tão... Hoje eu acho que não teria essa conversa aqui, a gente teve que provar que teve morte, que teve exílio, e até uma palavra que a gente fala exílio, que até dentro do próprio Ministério Público é uma coisa que tem se discutido, porque exílio o pessoal acha que é sair daqui para ir para outro país, aí foi da onde que nós

colocamos para eles qual o sentimento que vocês branco têm por pátria, o que viria ser pátria pra os branco. Pátria simplesmente, né? O que vocês têm com esse sentimento de pátria, o que vem a ser a palavra pátria, né? Então é daí que a gente começou a formular tudo. Porque tirar o meu povo daqui do Vale do Rio Doce foi exilar, porque a nossa pátria, o relacionamento que nós temos com pátria, com terra, território sagrado, é isso, é esse sentimento que nós temos por pátria, né? Que dirá exilar pra outros lugares do mundo, mas esse tipo de exílio o meu povo sofreu há muito mais tempo. Ditadura Militar pra nós é desde quando português chegou pra cá, a gente não dita do Golpe Militar pra cá, depois de 1940 pra cá. A Ditadura Militar pra nós, formalmente mesmo, a gente tem desde 1700 pra cá, 1600. Quando eles pegavam o nosso povo e exilava pra França, pra Alemanha, pra poder estudar o crânio do meu povo. Matava, cortava a cabeça, pra poder estudar, fazer pesquisa científica, e que é feita até hoje. Entende? Então Ditadura Militar, pro nosso povo, é muito antigo. Exílio, lutar com esquemas militares, todas essas cidades que tão ao longo do Rio Doce são divisões militares, divisões militares, postos de atração dos botocudos, pra atrair o botocudo da mata, o meu povo da mata, e reprimir ali. Ali educar na língua do português, vestir roupa, fazer usar roupa que a gente usa hoje, impor outras questões culturais. Então o meu povo lida com isso há muito mais de 300 anos. Então isso agora que a população vem tomar conhecimento das questões que aconteceu no Golpe, né? Mas o esquema militar que foi feito conosco durante o período da Ditadura é o mesmo que Dom João VI arquitetou em 1808, com cães treinados, torturas, imposição do português. Eles pegaram o mesmo esquema de Dom João VI e aplicaram durante o período da Ditadura Militar conosco. É o mesmo, foi só um seguimento, só foi uma continuidade pra nós, porque tudo isso que foi montado no Brasil, que o pessoal teve durante o período da Ditadura Militar, o meu povo já tinha conhecimento. O meu povo já vinha lutando, né? Com isso. Aí uma das coisas que aconteceu, na Ditadura Militar, assim, que foi... vamos supor, uma violência nova, foi retirar o nosso povo do Vale do Rio Doce, porque o esquema de Dom João VI era de demarcar uma determinada área, colocar todo o nosso povo nessa área e ali ir impor as questões culturais. Durante o período da Ditadura Militar eles viram que isso não tava dando certo, porque o povo não deixava de falar a língua, essas questões todas, e tava vindo uma expansão muito grande de café, de gado, e a ideia era extinguir esse povo, acabar com esse povo, mas como na época já tinha esses serviços de proteção ao índio, esses órgãos que trabalhavam na questão indígena, eles começaram a

retirar o nosso povo daqui para outros lugares. Por causa da própria estrada de ferro Vitória/Minas, a gente é uma prova viva de toda atrocidade que essa estrada de ferro, que é a questão das aberturas de estrada, a cultura do gado e do café fez por aqui. Nosso povo tinha memória viva de tudo isso, então a ideia era sumir com o povo do mapa. Foi da onde teve vários exílios pra outros lugares do Brasil, principalmente São Paulo, Mato Grosso, Bahia, e até mesmo Minas Gerais, lá na aldeia dos índios Maxakali, aqui na Fazenda Guarani, que era também um local de treinamento militar da época. E é uma das coisas novas que aconteceu, foi isso, mas a tortura, matar, impor questões culturais, trabalho forçado, isso a gente já vinha desde 1800 passando por isso e lutando contra. O que foi novo mesmo de violência contra o nosso povo foi essa questão de tentar tirar daqui, pra outro lugar, pro povo não retornar mais pra cá. E aí teve várias frentes, né? Porque o povo sempre retornava, retornava a pé, em carona, e a apoio de algumas pessoas sensibilizadas com a causa do nosso povo, né? E aí o povo conseguiu retornar. Alguns ficaram refugiados nas ilhas, nas matas aqui e vivendo escondido, né? De tudo isso. E se refugiando ai, nesse Vale do Rio Doce, ao longo do rio. Têm várias histórias de vários índios velhos que ficaram ainda aqui, resistindo na ilhas, escondido, né? Vivendo ali nas escondidas mesmo.

JULIANA: Mesmo com a presença de militares aqui, na terra de vocês?

DOUGLAS: Sim. Teve um índio chamado Mãp, que ele se refugiou, lembro do meu pai contando, que na época que teve o exílio pra Fazenda Guarani ele foi um dos índios que resistiu e se refugiou nas ilhas aí. E teve vários outros índios, mas, assim, sempre eles voltavam pra investigar e tudo, e sempre pegava esse pessoal e levava, e tirava daqui na força, né? Na marra. E a gente vem sofrendo isso até hoje, até porque o nosso território, ele não é demarcado, né? E a gente vem lutando contra tudo isso aí. E o nosso relacionamento com o meio ambiente aqui, ele a todo momento é desrespeitado, o próprio Rio Doce, que a gente tem um relacionamento muito forte com ele, de alimento, de cultura, de espiritualidade, tudo isso é destruído com o tempo, vem sendo destruído, vem sendo tirado. A Ditadura Militar pra nós ainda é muito presente. O militarismo ele é bem presente aqui. Porque em tudo que o povo vai reivindicar, vai fazer, quem vem conversar primeiro é a polícia, não é o Estado que vem pra saber as questões. Quando tem algum movimento, nas paralisações, da ferrovia, ou de fazer um movimento em Valadares lá na FUNAI, pra reivindicar os estudos, os direitos do nosso povo, quem vem conversar com a gente é a polícia. E aí, agora, a gente tem procurado dentro dessa questão que tá acontecendo no nosso país

sobre Direitos Humanos, né? A gente tá aproveitando esse momento pra tentar colocar um pouco de toda a nossa história, e ver de que forma a gente pode estar em conjunto lutando de fato por uma questão ligada ao direito humano mesmo, né? Dizer que antes da cultura, nasce um ser humano. A cultura vem depois. Então, independente de qualquer coisa, o que tá em jogo é o direito humano da pessoa. Dela poder nascer e adquirir a cultura do povo dela, e ter acesso a um meio ambiente equilibrado e tudo. E aí agora a gente tenta, eu até conversei com você, que essa é a nossa esperança, né? De estar aqui, de ver essa vinda de vocês pra tentar levar um pouco disso. Dizer que não é o direito do povo indígena Krenak, né? É o direito humano do povo Krenak. Eu tenho falado muito isso, inclusive conversei até com um rapaz chamado André Demétrio, que vai defender uma tese de mestrado, com relação às violações dos povos indígenas, lá em Curitiba, agora, dia 31 de março, em um evento que vai acontecer lá, e ele tava conversando comigo hoje sobre isso e a gente trocando ideia, né? De que forma a gente pode estar culminando isso dentro da justiça do nosso país, e colocar uma coisa pioneira, talvez, eu acho que no mundo, né? De propor uma coisa pioneira mesmo no mundo. A gente tem contato com outros povos, de outros países aí, e a gente vê que os caras têm o mesmo problema. Tem acesso a algumas outras coisas, mas a questão do direito humano, da pessoa de ser mesmo, ela tá muito longe.

JULIANA: DOUGLAS, você já nasceu nessa terra indígena aqui?

DOUGLAS: Eu nasci na aldeia dos índios Maxakali.

JULIANA: Você nasceu lá?

DOUGLAS: É, nasci lá na região de Bertópolis. O meu pai, ele começou a trabalhar na FUNAI, né? E ele entrou na FUNAI naquele período da contratação dos índios e tudo pra trabalhar. E aí a FUNAI enviava ele pra algumas aldeias pra poder trabalhar e tudo, e o meu pai também era uma liderança do povo.

JULIANA: Valdemar, o seu pai?

DOUGLAS: É, então aqui ele era muito problema pro pessoal, que aqui ele ficava organizando o povo pra poder lutar por terra, fazer documento, pra poder correr atrás dos direitos. E aí, na época falava Delegado, né? Os Delegados da FUNAI, eles pegavam e transferia ele para outros lugares, então eu já morei em várias aldeias. Morei na Aldeia dos Kaingang, em São Paulo, meu irmão Giovane, ele nasceu lá. Morei na Fazenda Guarani com os índios Pataxós, que estão lá, minha irmã nasceu lá. E também nos Maxakali, né?

JULIANA: E na época do reformatório vocês estavam aqui ou estavam lá nos Maxakali?

DOUGLAS: Não, na época do reformatório eu não tinha nascido ainda. Mas o meu pai, ele, na época do reformatório mesmo, de toda a situação, o meu pai ainda era criança, né? Meu pai era adolescente. Meu pai passou por tudo, agora nós, quando eu vim ao mundo, já era outro tipo de luta já. Era luta pela aceitação, da cultura do diferente, essa questão toda, você ir pra escola pintado e a galera não aceitar, passar por *bullyng*, essa coisa toda. Na época do meu pai não, na época do meu pai era tortura mesmo, de fato uma violência física, de reclusão, de prisão. A minha prisão já foi mais de outra forma. Foi da negação, da não aceitação, de não ter acesso às coisas do mundo, né? E o meu pai passou por coisas mais piores. Além de não ter isso, ele também sofria as violências, né? Física. E aí essas questões também a gente... Era complicado, né? Porque o pessoal mais velho não gostava muito de falar, de lembrar desse período, era um período muito ruim. E nosso povo foi sujeito a muita exposição vergonhosa, né? Então o pessoal mais velho não, eles não ficam muito à vontade pra falar sobre isso. Fala e tudo, mas... Era muita violência, das mais... Piores que a gente possa imaginar. E aí a gente, devagarzinho, a gente ia conversando, principalmente com o meu pai, com os meus tios, avós. A gente com jeitinho ia conversando, porque precisa, a gente precisava ter conhecimento sobre isso tudo, né? Até pra a gente ter mais força na luta, né? Saber de que forma a gente poderia tá correndo atrás de todo... dessa questão dos direitos do povo.

JULIANA: Mas você e pai chegavam a conversar sobre isso, assim?

DOUGLAS: Conversava. Depois de um tempo, de certo tempo, acho que o meu pai tava até prevendo que ele ia morrer, aí a gente passou a ter umas conversa muito mais aprofundada sobre isso, né? E ai ele precisava deixar esse legado pra gente pra poder tomar a frente de tudo. E ai a gente conversava sobre tudo, desde a criação do presídio de fato, até depois, né? Que veio a enchente em 89, destruiu tudo, a estrutura que tinha.

JULIANA: Do presídio você fala?

DOUGLAS: Do presídio, é. Deu a enchente aqui e destruiu tudo, levou tudo embora. E ai deixou essa luta ai, e nós tamo aí, no dia a dia aí, tentando levar um pouco da história do povo e dizer porquê que hoje a gente tá aqui lutando, né? Porquê que temos que ter o nosso território sagrado demarcado. E a ditadura, o golpe, ele foi crucial pra que nosso povo hoje estivesse sem a demarcação territorial, que o nosso

povo hoje tivesse, tá... Hoje tem as mata, né? São os recursos que o povo antigamente tinha. Verdade o que aconteceu agora foi um tiro de misericórdia, com relação ao rio, mas o nosso povo vinha sofrendo bastante por conta da caça e pesca, poluição.

JULIANA: Mas por conta da presença, assim, desses fazendeiros, desses grupos de fora aqui no território?

DOUGLAS: Também. Porque ao longo do rio essas cidades todas jogam toda a podridão, tudo dentro dele. E aqui o nosso povo não tem filtro, não tem estação de tratamento, a utilização da água é direta. Então na cidade ainda tem estação de tratamento para a pessoa tratar a água e tudo, o nosso povo aqui não tem isso, o relacionamento é direto.

PAULO: Deixa eu te perguntar uma coisa, Douglas. Você falava das remoções forçadas dos Krenaks pra outras regiões. Essa dos Maxakali, que começa nos começo dos anos 50, antes da Ditadura mesmo, né? Você tem relatos disso, de familiares?

DOUGLAS: Ah tem bastante, né? Na verdade a remoção do Maxakali... Assim, coisas que são passadas pra nós, né? É porque também o pessoal que trabalhava conosco, eles descobriram que o nosso povo, no passado, tinha muita divergência com eles, né? De disputa por território, antigamente, bem há muito tempo atrás.

MARCO: Cultura.

DOUGLAS: Isso. E aí o pessoal teve a brilhante ideia de falar “Pô! Vamos jogar esse povo pra lá, junto com os Maxakali e lá esse pessoal começa a se matar entre eles mesmo.” E aí a gente tem um pezinho pra dizer “olha, não somos nós, né?” E foi feita essa remoção, pra lá, pra Fazenda Guarani. Pegaram nosso povo aqui, colocaram em caminhões tipo esses de carregar boi, amarram o povo, levaram o povo amarrado pra lá, e o pessoal nosso foi daqui pra lá, algemado, o povo todo, vários caminhões, pra Fazenda Guarani, pra Maxakali. E lá o nosso povo ficou um tempo lá. E o que eles esperavam dessa disputa, dessa luta, desse embate que poderia estar acontecendo lá, na verdade ele não aconteceu do jeito que queriam, né? Porque na verdade as lideranças tanto Maxakali quanto do nosso povo falou “Pô... Nós estamos no mesmo barco aqui, a situação pra nós o inimigo é outro.” Tanto que hoje na minha aldeia tem Krenak que é filho de Maxakali e tem Maxakali que tem sangue de Krenak. Teve casamento entre as duas culturas, né? Eu mesmo, eu na minha infância, eu fiquei muito tempo lá quando eu nasci, eu e a minha irmã, então a gente participava até dos rituais deles e tudo. Eu esqueci bastante, mas eu falo algumas palavrinhas e tudo, até

a língua a gente, né? Hoje tem a Luíza aqui mesmo que fala fluentemente Maxakali, Krenak, Maxakali, tem os filhos dela, tem os primos meus.

MARCO: Trilíngue, né?

DOUGLAS: É. Então... E aí teve esse respeito, e esse entendimento, né? Não que não tivesse divergência e tudo, né? Que era o... mínimo que poderia tá acontecendo. Teve sim e tudo, mas os Maxakali também tavam passando pelos mesmos problemas que nós, que era repressão, espoliação, de tomada dos seus territórios. Que lá também eles estavam sofrendo com essa expansão do gado, do corte das matas, da destruição, da extração da natureza. E aí o povo que esperava, assim, uma grande divergência, o extermínio de todo mundo, teve uma união ali de falar: “Oh! vamos nos respeitar e cada um procurar a sua luta, e tentar retornar cada um para a sua casa...” E lá o povo viveu por vários anos, não sei quanto tempo, não sei precisar a data. E eu sei que o retorno foi uma grande jornada, porque foi um retorno a pé. E o meu pai lembrava disso, falando como que ele vinham a pé, lá de Maxakali, quase na divisa com a Bahia, até chegar aqui, né? Então vinha pela estrada, dormindo na estrada, sofrendo discriminação, as pessoas brigando com o nosso povo. Maltratando, né? E era uma vida de luta essa jornada, foram mais de 90 dias na estrada, caminhada.

JULIANA: Seu avô tinha ido pra lá também?

DOUGLAS: Sim.

JULIANA: E ele volta nessa dessa vez, pra cá?

DOUGLAS: É, meu pai fala que teve uma irmã nossa que morreu também nessa...

JULIANA: Caminhando?

DOUGLAS: É, nessa trajetória. Tinha bastante doença, e não tinha remédio, não tinha acesso a medicamento, e várias outras crianças que vinha morrendo nesse período todo. E aí contava com o apoio de algumas pessoas que ajudava, doava alimento, né? E vinha nessa luta. Dormir na estrada, procurar um canto menos perigoso, que não incomodasse as pessoas pra não ter um ato de violência, até conseguir chegar aqui novamente, nas margens do rio. Mas quando o povo chegava aqui já estava muito mais ocupado, então o que sobrava de fato era só a margem do rio, e as ilhas, né? E aí acontecia as outras emoções, né? Eu também conversei com a minha tia, Tia Santa, falei com ela que vocês tavam vindo, falei: “Oh, qualquer coisa, se o pessoal topar, a gente leva pra conversar com ela lá”, que é uma índia velha, pode tá falando um pouco de tudo isso. Falei com o meu tio também, tio (trecho incompreensível) tem me ajudado bastante aí nessa luta, agora precisando de mais a gente pode dar um

pulinho lá pra trocar uma ideia com eles também, que de certa forma são liderança também aqui da aldeia que passa toda uma demanda pra gente, e cabe a gente correr atrás e lutar, porque também já fizeram muito por nós. E aí agora um pouco dessa luta tá nas nossas mãos, porque o que eles tiveram de fazer foi tentar deixar sobreviver e garantir a vida dos seus futuros filhos pra a gente tá aqui hoje, né? E aí a gente ter um pouco de cautela e de respeito pra tá levando pra conversar com eles também, porque tudo que eu falo hoje, tudo que eu sei é devido a esse povo todo, né?

PAULO: A nossa ideia era inclusive, se possível, fazer esse mesmo movimento que estamos fazendo aqui com você agora com outras pessoas, aí se você puder ir indicando, e aí a gente fazendo isso ao longo dos dias que ficarmos aqui, que é até quinta-feira, se não tiver problema.

DOUGLAS: Não, acho que não. Acho que é possível, sim.

MARCO: Temos muitas pessoas, assim, de idade, eles... Testemunhas dessas épocas ou não? Tem poucas, como que é?

DOUGLAS: Tem.

MARCO: Que ainda conviviam nessa época?

DOUGLAS: Tem.

MARCO: As crianças ainda e adolescentes, aí já perceberam...

DOUGLAS: É. Não, já adolescente... Tem a Julia, não sei como ela tá lá, posso tá vendo com ela. A Julia, ela foi cozinheira do presídio... Então eu posso tá vendo com ela lá, com o filho dela, marcar um horário lá pra conversar com ela. Vou ver com o Marcelo, se o Marcelo topa, talvez conversar com o vô dele que ficou preso, né?

JULIANA: Quem que é o avô do Marcelo?

DOUGLAS: É o Cacique Negro. Chamam de Rino. Também ficou preso, né?

PAULO: Mas é o José Alfredo?

DOUGLAS: José Alfredo, é.

PAULO: Mas foi o... **SILVANO** disse que ele tá meio, tá afetado, doente...

JULIANA: Falou que ele não tá bem, sabe, Douglas? Falou que ele realmente tá bem frágil.

DOUGLAS: Aí é complicado. Por isso que eu falei, vou conversar com o Marcelo, porque o Marcelo é uma das lideranças lá do povo lá, e eu sempre procura falar com ele, ele me passa como é que está a situação lá do grupo dele e tal, e se falasse que é tranquilo e tudo, mas se ele falar que não dá e...

JULIANA: Você acha que a Dona Dejanira a gente podia conversar?

DOUGLAS: Tem também a Dona Deja. Eu posso tá falando com ela. Inclusive eu conversei com o filho dela aí, estou esperando uma resposta, falei que vocês tavam vindo. Mas eu já tinha falado com o tio Oretes, com a minha tia, aí você tá falando que vai ficar até quinta, a gente pode tá vendo aí, mais tarde eu posso tá entrando em contato com o pessoal.

JULIANA: Ah, seria ótimo, Douglas.

DOUGLAS: E ver se tem essa abertura aí, né? O pessoal nosso é meio recatado com relação a isso, o pessoal não gosta muito de... É meio difícil você conversar.

INTERLOCUTOR: É muita dor.

JULIANA: É uma conversa difícil mesmo, né? Douglas.

DOUGLAS: Difícil, o pessoal do Ministério Público mesmo ficaram aqui acho que uma semana, se eu não me engano. E tiveram que acelerar o processo, porque dessa uma semana foram poucos... Chegaram na casa e não tinha, e a gente ia conversando com cautela, pra poder falar um pouquinho e tudo. Mas a gente conversa, sim, com eles aí e tudo.

MARCO: Estão sediados aqui mesmo?

DOUGLAS: Não, não. Estão espalhados na aldeia, aí no caso a gente tem que andar um pouco aí de carro.

MARCO: Ai a gente teria que tá deslocando (trecho incompreensível).

DOUGLAS: Ai no caso a gente poderia combinar, ver com vocês como é que vocês vão se programar, né? E aí marcar um horário e a gente se encontra “Oh, tal hora a gente vai em tal lugar...”

MARCO: É porque a gente vai ficar aqui amanhã e depois da amanhã.

JULIANA: Você acha que cês poderiam acompanhar a gente, cê gostaria de ir também, **DOUGLAS?**

DOUGLAS: Eu acho que é possível, sim.

JULIANA: É possível pra você? Porque eu acho que seria muito bom se você pudesse ir.

DOUGLAS: Não, eu acho que é possível.

JULIANA: Aí é você quem nos diz, porque a gente tá realmente por conta de vocês, assim.

DOUGLAS: Tá.

JULIANA: Então se você disser que a gente pode voltar amanhã a gente volta com certeza.

DOUGLAS: Tá.

PAULO: A gente só podia explicar pra ele a questão...

JULIANA: Ah sim... Se for possível pro cês, pra gente de manhã e de tarde é melhor, porque a gente tem, o Eder é o nosso companheiro motorista do Estado, e ele tem um limite de horas que ele pode dirigir por dia, então depois das 18h00min, aí enfim, coisas burocráticas do Estado, teria que entrar numa hora-extra, é mais difícil, então, assim se puder ser de manhã e de tarde, pra nós seria melhor. Enfim, veja o que é possível pro cês também. A gente pode tentar outras coisa, ligar pro pessoal, pedir autorização...

DOUGLAS: Amanhã eu posso tá vendo aí... De manhã, uma conversa ai, eu não sei como é que hoje... Hoje então cês então já tá no limite, né?

INTERLOCUTOR: Não, até umas... Não, a gente tá tranquilo.

JULIANA: Tá tranquilo hoje?

DOUGLAS: Hoje dá?

INTERLOCUTOR: Não, não. Até umas 17h00min agora...

PAULO: Até umas 18h00min?

INTERLOCUTOR: Até uma 18h00min dá.

DOUGLAS: Porque então vou aproveitar, que eu falei com a minha tia, qualquer coisa a gente daria um pulo lá agora, e amanhã cedo a gente poderia conversar primeiro com o meu tio aqui, o Tio Oretes, e ai eu veria com a Dejanira, e ai mais tarde, a gente, vejo lá embaixo uma outra liderança lá.

JULIANA: Com certeza Douglas, como for possível para você, para nós está ótimo.

MARCO: Vamos acertar direitinho onde a gente encontra você, o horário, porque amanhã a gente já vem, toma o café...

DOUGLAS: Eu acho que a gente pode marcar aqui mesmo.

MARCO: Aqui, nesse local? Amanhã 08h00min? Não, 08h00min ele vai sair, ele tem que sair de lá 08h00min, umas 09h00min aqui, né?

DOUGLAS: Umas 09h00min é tranquilo, até 09h30min. Até 09h30min tá tranquilo.

SILVANO: Amanhã eu vou para o INSS por causa de duas pessoas.

DOUGLAS: Você achou o Itamar ali.

SILVANO: Não, ele foi pra cidade. Acho que deu problema lá no banco ontem, aí ele foi resolver hoje, e Dona Deja também tá pra cidade.

DOUGLAS: Tá.

SILVANO: Tá? Mas eu já deixei a Cida avisada que tá todo mundo aqui. Se chegar, pode vim.

DOUGLAS: Eu conversei com ela também, por telefone.

SILVANO: Eles querem conversar também com o Zezão (trecho incompreensível), Janaíndia, a mãe dela, Dona Luíza, você sabe. Eu peço desculpas a vocês, mas [...].

JULIANA: Não, imagina, Silvano. Muito obrigada.

MARCO: Oh, Silvano, valeu. Valeu de mais. Viu, Silvão. Foi excelente.

SILVANO: Meu amigo, tô à disposição, tá? Se vocês chegarem lá e precisar de alguma coisa na cidade, me liga.

PAULO: Tá certo.

SILVANO: Qualquer problema lá.

MARCO: Nosso agradecimento mesmo, viu? Obrigado.

DOUGLAS: Então a gente podia dar um pulo lá então.

JULIANA: Ótimo.

DOUGLAS: É bom que já adianta um pouco.

JULIANA: Tá bem.